

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO E AÇÕES DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIS, IRATI – PARANÁ

CHARACTERIZATION OF THE PUBLIC AND ACTIONS OF THE CRIMINAL ALTERNATIVES EXECUTION PROGRAM, IRATI – PARANÁ

Gustavo Zambenedetti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7372-9930>

Jéssica Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1749-2155>

Paola Padilha dos Anjos Velozo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9651-3913>

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o público atendido e as ações realizadas pelo Patronato da Comarca de Irati-Paraná, no período de 2013 a 2018. Realizamos uma pesquisa descritiva e documental, tendo como fonte primária as informações coletadas nas pastas dos assistidos pelo Patronato. Os resultados indicam um predomínio de homens, brancos, jovens, em união estável, com baixa escolaridade e de renda inferior a 2 mil reais. Observamos o incremento de assistidos e de oferta de ações no período analisado, com destaque para o encaminhamento para a prestação de serviço comunitário e a oferta de grupos reflexivos. Na discussão, buscamos ampliar a compreensão acerca dessas características e seu impacto para o planejamento de ações. Por fim, afirmamos a importância do fomento aos serviços e projetos de acompanhamento das alternativas penais, sob a perspectiva ressocializadora e em consonância com os direitos humanos.

Palavras-chave: Ressocialização; Alternativas penais; Grupos reflexivos; Serviço comunitário.

Abstract

This research aimed to characterize the public served and the actions developed by the *Patronato* in the District of Irati-Paraná from 2013 to 2018. The study was carried out through descriptive and documental research, having as primary source the information collected in the records of those assisted by the *Patronato*. The results indicated a predominance of white, young men, in stable union, with low education and income below 2,000.00 reais. We observed an increase in the number of people assisted and the offer of actions during the period under analysis, with emphasis on the referral to community service and the offer of reflective groups. In the discussion, we sought to expand the understanding of these characteristics and their impact on action planning. Finally, our results confirmed the importance of promoting services and projects to accompany criminal alternatives, from a resocialization perspective and in line with human rights.

Keywords: Resocialization; Penal alternatives; Reflective groups; Community service.

* Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati – PR, Brasil. E-mail: gugazam@yahoo.com.br

** Aluna de Graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati – PR, Brasil. E-mail: jeh.ferreira15@hotmail.com

*** Psicóloga. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati – PR, Brasil. E-mail: paolapdosanjos@gmail.com

Introdução

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN (DEPEN, 2017), em junho de 2016 a população prisional brasileira atingiu a marca de 726.712 pessoas, resultando numa taxa de aprisionamento¹ de 352,6%, posicionando o país como o 3º com maior população carcerária no mundo, atrás apenas de China e EUA. Entretanto, diferentemente destes dois últimos países, que vêm apresentando queda na taxa de encarceramento, o Brasil apresenta aumento desta taxa, gerando preocupação em relação aos rumos da política prisional. Outro dado que chama a atenção é que a taxa de ocupação das carceragens é de 197,4%, evidenciando a superlotação (DEPEN, 2017).

O Estado do Paraná apresenta a 3ª maior população prisional do Brasil, com 51.700 presos. A taxa de aprisionamento é a 7ª maior no Brasil e a maior da Região Sul, 459,9%. A taxa de ocupação também é alta: 281,5% (DEPEN, 2017).

Estes dados apontam para a cultura do encarceramento presente em nosso país, a qual identifica na prisão a solução para os problemas relacionados à criminalidade. Rosas (2020, p. 42) menciona a chamada “legislação do pânico”, “referindo-se às leis feitas às pressas para amenizar a sensação pública de impunidade, mas que tem como efeito prático apenas a superlotação das prisões e agravamento de todas as condições já mencionadas anteriormente”. O Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2016) lista uma série de problemas que perpassam esse modelo, como a seletividade jurídica, o aumento da população carcerária, os elevados custos do sistema prisional, a estigmatização, a baixa capacidade de ressocialização dos detentos e as altas taxas de reincidência de egressos.

Molina (2000, p. 40) afirma que:

[...] a pena não ressocializa, mas estigmatiza, não limpa, mas macula...que é mais difícil ressocializar uma pessoa que sofreu uma pena do que outra que não teve essa amarga experiência; que a sociedade não pergunta por que uma pessoa esteve em um estabelecimento penitenciário, mas tão somente se esteve lá ou não.

Com base na constatação das limitações do sistema prisional e em decorrência das fortes críticas ao mesmo, emergiram discussões sobre as alternativas penais. Souza e Azevedo (2015) designam como “alternativas penais” as medidas definitivas diversas da prisão a que são submetidos pelo Estado os condenados pela prática de uma conduta prevista como crime, assim como as medidas previstas a que aceitam se submeter, de forma a evitar o prosseguimento de um processo penal aqueles acusados da prática de determinadas infrações penais de menor potencial ofensivo (crimes ou contravenções penais).

Em 1990, a Organização das Nações Unidas aprovou as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade, conhecidas como Regras de Tóquio, que aconselham os países membros a adotarem medidas alternativas (CNJ, 2016).

No Brasil, a substituição da pena de privação de liberdade é estabelecida com base na Reforma da Parte Geral do Código Penal, ocorrida em 1984, que deixa a prisão para casos

em que sejam indispensáveis o seu uso. De acordo com o art. 43 do Código Penal, as penas alternativas são: prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviços à comunidade (PSC) ou a entidades públicas, e interdição temporária de direitos. Já na década de 1990, com a Lei nº 9.099/1995, surgem os Juizados Especiais Criminais, ampliando-se o leque de possibilidades relativas às alternativas penais. Além disso, a Lei nº 9.714/98 “acolheu novas espécies de restritivas: prestação pecuniária em favor da vítima, perda de bens e valores, proibição para frequentar determinados lugares e prestações de outra natureza” (CNJ, 2016, p. 12). Outra mudança ocorreu com a Lei nº 12.403/2011, que amplia as medidas cautelares à disposição da justiça (CNJ, 2016).

Na medida em que se ampliam as possibilidades de aplicação das alternativas penais, amplia-se também a necessidade de criação de espaços com o intuito de fiscalizar e acompanhar o seu cumprimento. Resoluções publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), em 2009, passaram a recomendar o modelo das Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas como importante instrumental metodológico para o acompanhamento das penas, assim como para o trabalho de ressocialização do público atendido (CNJ, 2016).

No estado do Paraná, ao longo das décadas de 1980 e 1990, foram criados programas, como o Pró-Egresso e o Themis, visando o acompanhamento de egressos do sistema penitenciário (PATRONATO CENTRAL DO ESTADO, s/d; PCTA, s/d). Em 2013, foi criado o Programa de Municipalização das Alternativas Penais – Patronato, buscando ampliar o escopo das ações desenvolvidas, o número de comarcas atendidas e qualificar as ações realizadas.

O Patronato foi instituído através de parceria entre a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e Universidades Estaduais do Paraná, com o objetivo de assistir egressos do sistema prisional e acompanhar com alternativas penais os indivíduos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo. A partir de 2015, a Secretaria de Segurança Pública (SESP) passou a responder pelo Patronato no lugar da SEJU. Inicialmente, 15 comarcas do estado do Paraná foram contempladas com o Programa, sendo Irati uma delas, tendo a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) como executora do projeto. Tal Programa é composto por bolsistas de extensão, sendo que, em Irati, a equipe é composta por 5 professores orientadores (Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social), 6 estudantes de graduação (um para cada área de orientação, sendo o Direito contemplado com 2 vagas) e 4 profissionais recém-formadosⁱⁱ nas áreas de Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. A vinculação com a Universidade visa ressaltar seu caráter de interface com a comunidade, aliando prestação de serviços, formação qualificada e integração ensino-pesquisa-extensão.

Entre as atribuições do Patronato da Comarca de Irati, destacam-se: o acompanhamento dos egressos no cumprimento da pena, a prestação de assistência aos egressos, a fiscalização da realização dos serviços prestados à comunidade, o desenvolvimento de projetos de intervenção, a realização de grupos com caráter reflexivo e educativo, além da realização de pesquisas, fomentando a produção de conhecimento (ZAMBENEDETTI, 2018).

A partir da percepçãoⁱⁱⁱ de que o projeto vinha se diversificando e complexificando ao longo dos anos, surgiu a demanda pela realização de um levantamento que pudesse caracterizar o público atendido e as ações desenvolvidas pelo Patronato. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o público atendido e as ações desenvolvidas pelo Patronato da Comarca de Irati-PR, no período de 2013 a 2018.

Estudos de caracterização auxiliam no planejamento das ações, com base na realidade identificada, servindo como um diagnóstico institucional. Funcionam também como um espelho para as equipes que atuam nos serviços, oferecendo elementos para refletir sobre o trabalho realizado, sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo e deflagrar análises sobre a convergência do trabalho realizado em relação aos objetivos do projeto.

Método

Realizamos uma pesquisa descritiva e documental (GIL, 2002). A pesquisa descritiva tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Em nosso estudo, buscamos características relativas ao público atendido (sexo, idade, gênero, escolaridade, religião) e ações desenvolvidas (grupos reflexivos, encaminhamento para PSC) pelo Patronato da Comarca de Irati. Enquanto a pesquisa descritiva responde aos objetivos, a pesquisa documental responde aos procedimentos técnicos, com a utilização de fontes primárias (GIL, 2002). Utilizamos como fonte documental as pastas dos assistidos, as quais estão arquivadas no Patronato da Comarca de Irati. Nestas pastas, constam: o termo de audiência; a ficha de acolhimento, decorrente do primeiro acesso do assistido ao Patronato; as fichas de triagem multiprofissionais, decorrentes do primeiro atendimento realizado por cada área (Direito, Psicologia, Pedagogia e Serviço Social); o diário, no qual é relatado o acompanhamento do assistido; as fichas de presença em atividades.

O período de análise considerado foi de 2013 (ano de criação do Patronato) até 2018. A coleta dos dados nas pastas dos assistidos ocorreu em duas etapas. A primeira etapa foi realizada no período de fevereiro a junho de 2018, versando sobre o levantamento de dados do período de 2013 a 2017. A segunda etapa de coleta ocorreu em julho de 2019, versando sobre a coleta de dados referente ao ano de 2018^{iv}.

Para organizar as informações, criamos um banco de dados, utilizando uma planilha de Excel, com a identificação do assistido na coluna vertical e, na horizontal, a identificação de: sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda, cor/raça, delitos, procedência do processo, condicionalidades, encaminhamento para a participação em grupos reflexivos, encaminhamentos para a PSC, número e modalidades de instituições conveniadas para PSC.

Após a finalização da primeira etapa da coleta de dados, referente ao levantamento do período de 2013 a 2017, realizamos uma devolutiva à equipe do projeto, destacando os principais resultados da pesquisa.

A análise consiste no movimento de colocar os dados produzidos em diálogo com a literatura da área, promovendo uma compreensão acerca deles. Os resultados são apresentados em dois eixos. O primeiro versa sobre a caracterização do público atendido. O segundo versa sobre as ações desenvolvidas em relação ao público atendido.

Resultados

O primeiro resultado diz respeito à quantidade de assistidos novos acolhidos ao longo dos anos. No ano de 2013, houve a estruturação do projeto na Comarca de Irati, com ações de reconhecimento do campo, levantamento de demandas, realização de estudos e estabelecimento de propostas, motivo pelo qual não foram registradas realização de atendimentos naquele ano. Os atendimentos passaram a ser efetivados em 2014, em parceria com o Conselho da Comunidade, com um total de 66 assistidos. Em 2015, 38 novos assistidos foram contabilizados, seguidos por 92 assistidos em 2016, 141 em 2017 e 172 em 2018.

Em dezembro de 2014, foi aprovada a Lei nº 3922/2014, que institucionaliza a municipalização do Patronato de Irati, vinculando-o à Secretaria de Assistência Social do Município (IRATI, 2014).

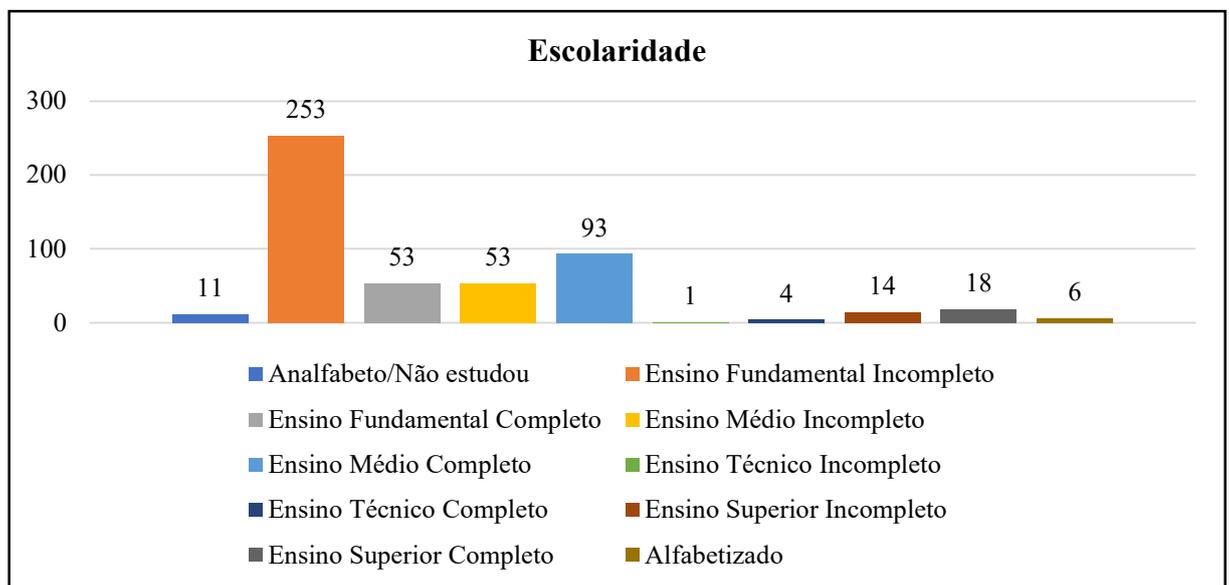
Em 2016, observamos que houve a ampliação do número de assistidos, com 92 novos assistidos. Nesse ano, o Patronato deixa de ser sediado no Conselho da Comunidade e passa a funcionar em espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Irati, contendo uma sala de recepção e uma sala de atendimento. Em 2017, a partir do incremento da demanda, ocorre a alocação do Patronato dentro do prédio onde funciona a Secretaria de Assistência Social, passando o serviço a dispor de recepção, duas salas de atendimento e possibilidade de uso de salas compartilhadas para a realização de reuniões e desenvolvimento dos projetos e grupos reflexivos. A mudança e ampliação do espaço físico ocorreram para atender a ampliação no número de assistidos e diversificação gradual de ações ofertadas. Desse modo, observamos um incremento significativo no número de novos assistidos entre 2015 e 2018, passando de 38 para 172, o que foi acompanhado pela ampliação da estrutura de funcionamento do projeto.

Com relação à distribuição dos assistidos segundo a categoria sexo, considerando todos os anos das coletas de dados, ou seja, de 2013 a 2018, temos uma predominância do sexo masculino, sendo 439 homens e 70 mulheres.

No que se refere ao estado civil, a categoria “solteiro” é a mais mencionada, com 189 assistidos, seguido pela categoria “casado” (117) e “união estável/amasiado/amigado” (156). Entretanto, se considerarmos as categorias “casado” (117) e “união estável/amasiado/ amigado” (156) como uma só categoria (visto que ambas representam uma forma de compartilhamento da vida com um/a companheiro/a, de modo formal ou informal), representaria uma categoria predominante, com 273 pessoas (54%). Outros 33 assistidos relataram ser “divorciado/separado”, 7 assistidos relataram ser “viúvo” e 4 assistidos não informaram o estado civil.

No quesito escolaridade, obtivemos o resultado de que a maioria, 253 pessoas, possui Ensino Fundamental Incompleto, 93 pessoas Ensino Médio Completo, 53 pessoas possuem Ensino Fundamental Completo, 53 pessoas Ensino Médio Incompleto. As opções “Ensino Superior Completo e Incompleto”, “Ensino Técnico Completo e Incompleto”, somam 37 pessoas, enquanto 11 pessoas mencionaram não terem tido acesso ao processo de alfabetização, o que representa a percentagem de 2,17%. Estes dados podem ser visualizados no Gráfico 1.

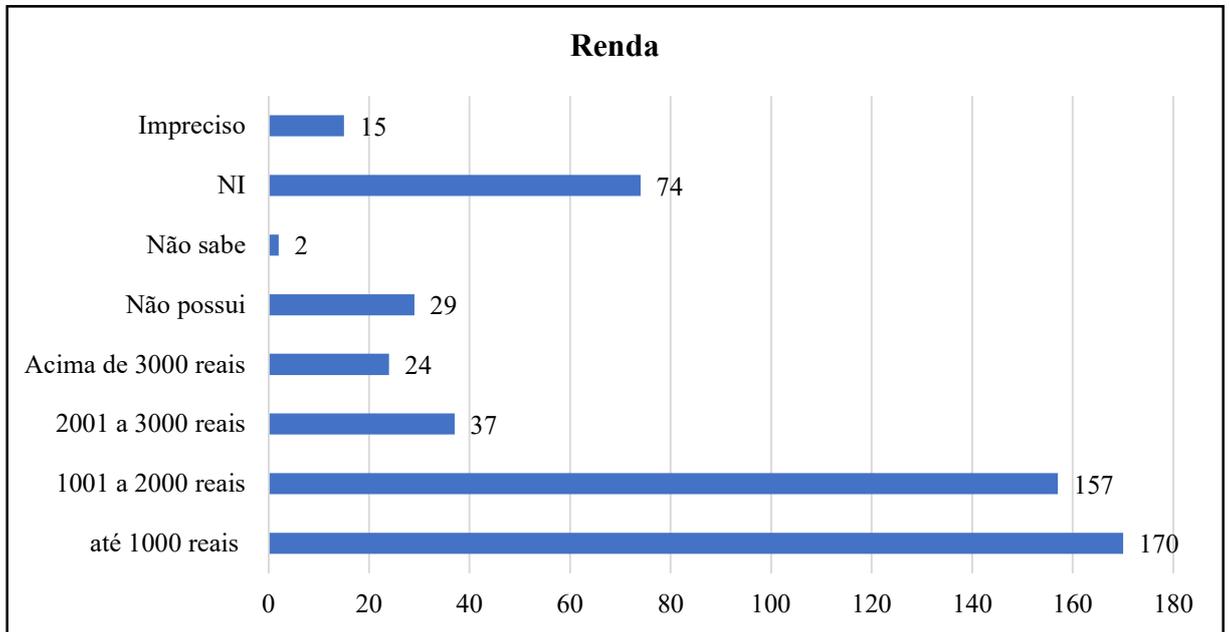
Gráfico 1 - Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação ao marcador renda, observamos que a maioria dos assistidos pelo Patronato encaixa-se na renda de até R\$1.000, seguido pela opção entre R\$ 1.001 a R\$2.000, conforme demonstrado no Gráfico 2. As duas opções, somadas, totalizam cerca de 64%. Para a construção do gráfico, consideramos o valor total da renda dos assistidos, portanto, para os que possuem bolsa família, bolsa auxílio, auxílio-doença, somamos a quantia ao valor do salário. Os assistidos que possuem apenas bolsa família, porém com o valor não especificado, acoplamos no quesito “Não Informado”.

Gráfico 2 - Renda



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação à idade do público atendido pelo Patronato, 222 assistidos (44%) possuem a idade entre 19 e 30 anos, 131 assistidos estão entre 31 e 40 anos (26%), 96 entre 41-50 (19%), 38 entre 51-60 (7%), 17 entre 61 e 70 anos (3%), e 3 assistidos acima de 71 anos (menos de 1%). Foi considerada a idade que os assistidos tinham no momento da entrada no Patronato. Dessa forma, o público predominante no Patronato é jovem.

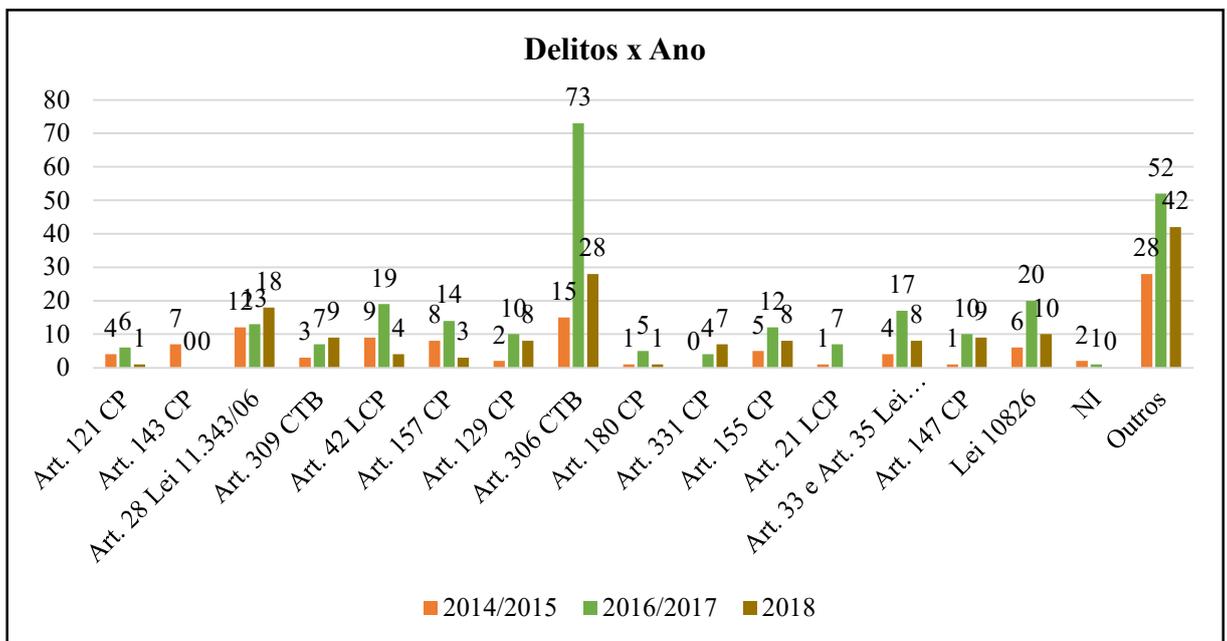
O quesito cor ou raça/etnia esteve presente nas fichas do Patronato desde o ano de 2014 e era uma opção aberta, ou seja, declarada a partir da noção do próprio assistido. A partir do ano de 2017, algumas fichas passaram a conter o quesito cor/etnia com as opções: branca, negra, parda, amarela e indígena, conforme a classificação utilizada pelo IBGE. No ano de 2018, todas as fichas possuíam o quesito cor/etnia com as opções descritas. De acordo com as opções do quesito cor/etnia utilizado pelo IBGE, foram contabilizados: Branca – 149 pessoas; Negra – 26 pessoas; Parda – 66 pessoas; Amarela – 1 pessoa; Indígena – 4 pessoas.

A maior parte das fichas correspondentes ao “Não Informado (NI)” são do período 2014 – 2016, contabilizando 256 assistidos. Também são desse período as nomeações, autodeclaradas, correspondentes a “bugre-italiana” (1), “russa” (1), “alemã-ucraniana” (1), “alemã” (2).

Os dados a seguir farão a caracterização dos processos a que respondem os assistidos e das ações do Patronato.

Os delitos cometidos pelos assistidos são demonstrados no Gráfico 3, tomando como parâmetros os biênios 2014-2015 e 2016-2017, assim como o ano de 2018.

Gráfico 3- Delitos x Ano



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observamos, no Gráfico 3, que o delito mais cometido no período 2014/2015 foi o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, e que, em 2016/2017, esse delito continua sendo o de maior incidência, passando de 15 assistidos no primeiro biênio para 73 no segundo biênio. Vemos também que, no ano de 2018, o delito de maior ocorrência ainda é o Art. 306 do CTB, com 28 assistidos. Na categoria “outros”, estão os delitos cometidos em menor número, sendo considerados e agrupados os que tiveram até 4 assistidos nos anos expostos.

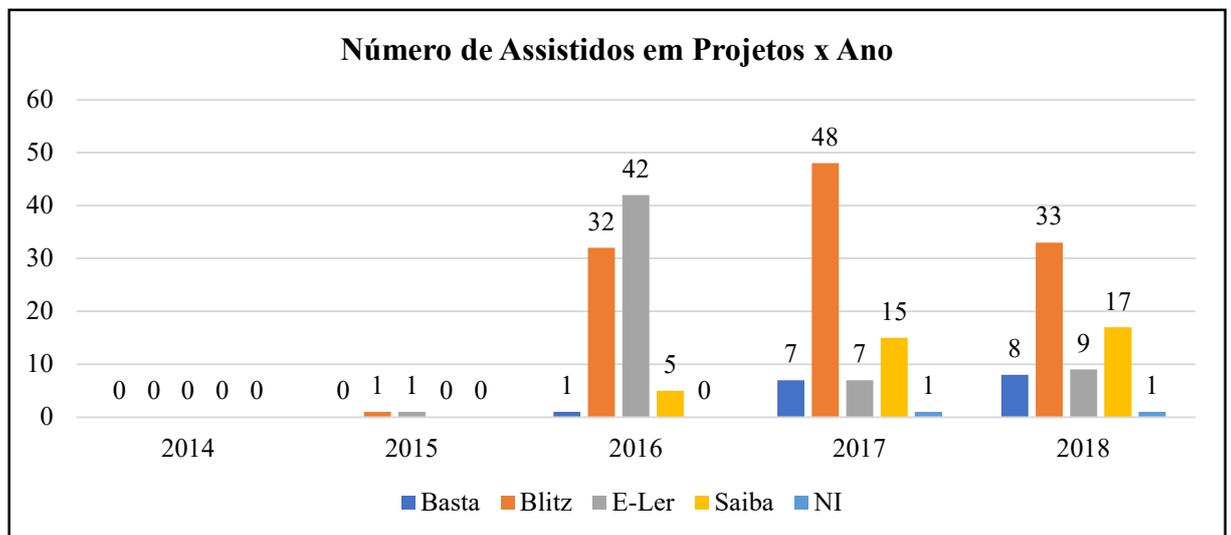
Com relação à procedência dos processos, observamos que a maioria dos assistidos, 246 (48%), foi encaminhada pela Vara Criminal, seguido do Juizado Especial com 189 (37%) assistidos, da Vara de Execução Penal com 50 (10%) assistidos, e 18 (3,6%) assistidos não informados. A Vara da Família, Justiça Federal e outra procedência legal contabilizam 4 (0,8%) assistidos.

As condicionalidades implicam em modalidades de acompanhamento pelo Patronato, sendo consideradas as possibilidades de concomitância (ou seja, mais de uma condicionalidade pode ser atribuída a um mesmo assistido). A PSC é a condicionalidade mais presente nas determinações entre os assistidos, totalizando 275 pessoas, seguida da participação em Projetos/Grupos reflexivos (173 pessoas), Comparecimento (mensal, bimestral e semestral)

(102 assistidos), prestação pecuniária (96), ensino formal/ocupação lícita (38) – lembrando que há combinações entre eles, portanto, os assistidos podem prestar mais de uma condicionalidade. Também foi observada situação em que o assistido começou a realização da PSC, havendo, posteriormente, a alteração para outra modalidade, como participação em projetos/palestras ou prestação pecuniária. Nesses casos, consideramos apenas a condicionalidade fim.

Com relação à participação em projetos/grupos reflexivos, podemos analisar o Gráfico 4, a seguir, ressaltando o número de participantes ao longo dos anos.

Gráfico 4 - Número de Assistidos em Projetos x Ano



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O Gráfico 4 evidencia que os projetos de intervenção só passaram a ser implantados a partir de 2016, momento em que houve pactuações junto ao Poder Judiciário que viabilizaram sua ocorrência. O período de 2014-2015 foi marcado pela instabilidade, frente ao receio de algumas entidades municipais de que o Patronato não se consolidasse, visto estar ligado a uma política de governo (e não propriamente de Estado) e por ser implantado enquanto projeto de extensão, através de editais de 1 a 2 anos de vigência, sem garantia de continuidade.

Além disso, parte das atribuições do Patronato era até então desempenhada por outro órgão, sendo necessária a realização de uma transição. Portanto, o período de 2014-2015 também foi marcado pela realização de diversas reuniões de pactuação com o Poder Judiciário, Conselho da Comunidade, Pró-Reitoria de Extensão e equipe do Patronato, no sentido de viabilizar condições para a execução do projeto em sua integralidade. Em 2016,

houve mudanças de magistrado no Fórum e Juizado Especial, momento no qual se procederam novas pactuações, resultando em um incremento nos encaminhamentos para participação dos assistidos nos projetos, sendo tal participação designada na sentença dos assistidos.

Os projetos desenvolvidos pelo Patronato no período analisado foram: Basta, Blitz, E-Ler e Saiba. Tais projetos foram originalmente propostos pelo Patronato Central, que orienta que eles sejam realizados em 8 encontros – com exceção do E-Ler, que possui 5 encontros – e com temas predefinidos para cada encontro. Apesar disso, cada Patronato faz as adequações necessárias à realidade local e ao público atendido, definindo as abordagens para a condução dos grupos, os referenciais teóricos, as técnicas de dinamização de grupos etc.

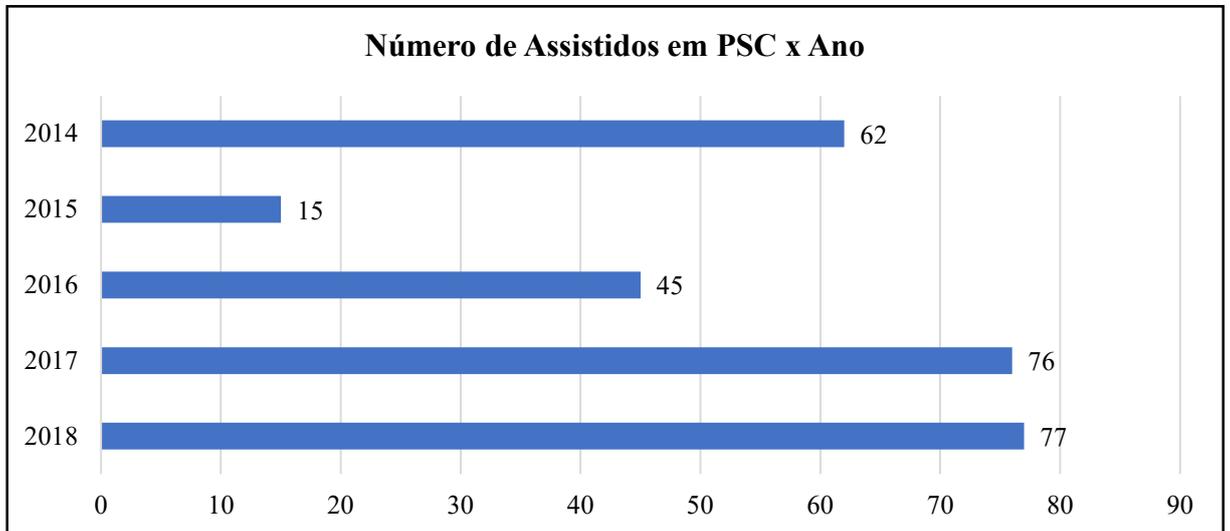
O E-Ler é um projeto de incentivo à educação e leitura. Nos grupos, os assistidos são orientados em relação à reinserção profissional ou educacional, conhecem a rede de ensino, participam de palestras para a motivação da leitura e do estudo, entre outros temas. Este foi o primeiro projeto implantado no Patronato da Comarca de Irati.

O Projeto Blitz é direcionado aos assistidos que cometeram delitos de trânsito. Atua sob uma perspectiva reeducativa, através da reflexão acerca do delito cometido, da discussão sobre o trânsito no Brasil, de orientações sobre direção defensiva etc. Este é o projeto que recebeu mais encaminhamentos no período 2016 - 2018.

O Programa Saiba é voltado ao encaminhamento, atenção e cuidados aos usuários de drogas que estão em conflito com a lei, principalmente em decorrência da violação dos artigos 28 e 33 da Lei nº 11.343/2006. Os grupos temáticos servem para que esses usuários construam estratégias para a redução de riscos e danos, sendo trabalhado também o autoconhecimento, o senso crítico, o planejamento de outras possibilidades e uma nova postura possível diante das drogas.

O Projeto Basta possui como público-alvo os autores de violência doméstica (autores de violência contra mulheres, crianças e idosos). Apesar dessa diversidade, tem foco na violência contra a mulher. Entre os temas discutidos no grupo estão a Lei Maria da Penha, os fatores sócio-históricos da violência contra a mulher, os determinantes da violência, entre outros. O Basta foi o último projeto a ser implantado, em 2017, após reuniões de pactuação de encaminhamento junto ao Poder Judiciário.

Outra condicionalidade atribuída aos assistidos é a PSC. De acordo com a Lei nº 9714, de 25 de novembro de 1998, a PSC consiste na atribuição de tarefas realizadas gratuitamente pelo condenado, cumpridas em entidades comunitárias e privadas que possuam finalidade social, como hospitais, escolas e abrigos. As tarefas devem ser atribuídas de acordo com as aptidões do assistido e não podem prejudicar seus estudos ou jornada de trabalho. O Gráfico 5, a seguir, versa sobre o número de assistidos que ingressaram para a realização de PSC por ano:

Gráfico 5 - Número de Assistidos em PSC x Ano

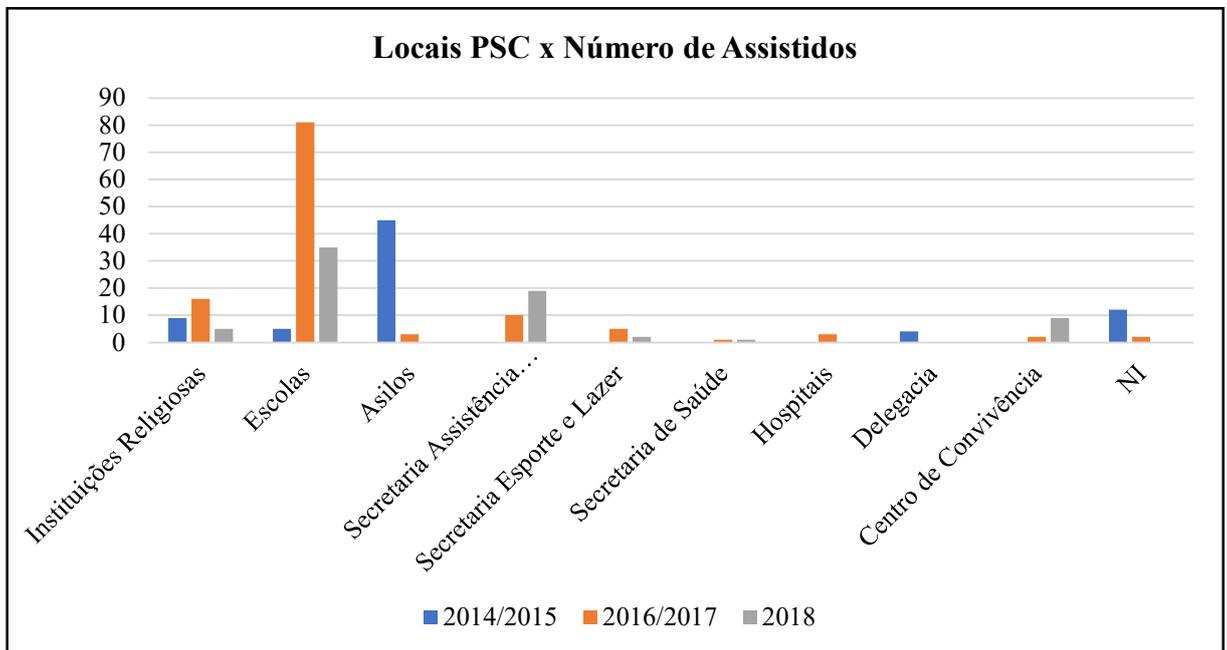
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O Patronato, no ano de 2014, realizava o acompanhamento interdisciplinar dos assistidos em PSC (acolhimento e orientação das áreas de Psicologia, Direito, Serviço Social e Pedagogia), mas não fazia a gestão da PSC propriamente dita, a qual era realizada pelo Conselho da Comunidade. Em 2015, teve início a transição da gestão da PSC para o Patronato, passando a ser contabilizados os casos em que o Patronato passou a fazer tanto o atendimento interdisciplinar quanto a gestão da PSC. Isso justifica o decréscimo do ano de 2014 para 2015 e o posterior incremento no número de assistidos em cumprimento da PSC.

Fazer a gestão da PSC implica na realização de cadastro de instituições para o recebimento de prestadores; avaliação das aptidões dos assistidos; avaliação dos interesses e demandas das instituições; identificação da melhor instituição para a prestação de serviço comunitário, levando-se em consideração (além das aptidões do assistido e demandas da instituição) a proximidade territorial (acesso), o horário (buscando não prejudicar as atividades de trabalho do assistido), e os vínculos preexistentes com o estabelecimento. Posteriormente, é realizado o acompanhamento do assistido e da instituição, além da fiscalização (através da conferência mensal de fichas de horas) e o repasse dessas informações ao Poder Judiciário. Em 2018, foi implementada, ao final do processo de PSC, a realização de uma entrevista de finalização, realizada pela área da Psicologia, na qual se avalia a percepção do assistido sobre a PSC.

No Gráfico 6, a seguir, observamos a evolução no número de cadastro de novas instituições para o recebimento de PSC.

Gráfico 6 - Locais PSC x Número de Assistidos



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Neste gráfico, contabilizamos os assistidos aos quais foi atribuída a PSC e os que começaram com prestação pecuniária e, posteriormente, passaram à PSC. Os assistidos que começaram com PSC e tiveram a substituição por prestação pecuniária não foram contabilizados, seguindo-se o critério de consideração da condicionalidade final.

Observamos que, até 2015, uma instituição de longa permanência para idosos (ILPI), conhecida na cidade como “asilos”, era o principal estabelecimento que recebia PSC. A partir do ano de 2016, com a reconfiguração do trabalho e diversificação do cadastro de instituições, as escolas passaram a ser os principais locais de recebimento de PSC. Além disso, novos locais passaram a receber PSC a partir do ano citado, evidenciando o trabalho da equipe do Patronato na sensibilização de novos estabelecimentos e criação de convênios, visando a diversificação de possibilidades. O número de instituições conveniadas passou de pouco mais de 20, em 2016, para cerca de 80, em 2018.

Discussão

Os resultados indicam um predomínio, entre os assistidos, de homens, brancos, jovens, com baixa escolaridade e de renda inferior a R\$2.000. A maioria vive em união estável (formal ou informal), indicando a presença de rede conjugal.

A predominância de homens indica que o processo de inserção no sistema de alternativas penais é gendrado, ou seja, expressa-se de modo diferente conforme o gênero. O marcador gênero é o que possibilita compreender as características associadas ao ser homem e ao ser mulher em nossa sociedade, assim como o que se espera, o que se valoriza ou deprecia em relação a homens e mulheres em determinados contextos (UNAIDS, 2017). Além de demarcar diferenças, também insere os sujeitos em relações de desigualdade. Segundo Nascimento, Gomes e Rebello (2009), a masculinidade, inserida nas relações de gênero, designa expectativas em relação ao ser homem em determinadas sociedades e contextos. Apesar da diversidade quanto aos modos de ser homem, há modelos hegemônicos que perpassam o tecido social, ancorados na heterossexualidade, racionalidade e poder de infligir violência (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009).

Outros sentidos, como agressividade, impulsividade e competitividade, também estão associados à masculinidade e podem auxiliar na compreensão acerca do domínio de homens tanto no sistema carcerário quanto no sistema de penas e medidas alternativas. Ao mesmo tempo, tal característica não é natural, mas, sim, social e culturalmente forjada e sustentada, indicando um importante aspecto a ser abordado no trabalho desenvolvido pelo Patronato, no sentido de sua desnaturalização.

Além disso, chama a atenção que o público assistido pelo Patronato é caracterizado pela baixa escolaridade, o que certamente traz implicações para a construção de ações relativas a isso. Do total de assistidos, 11 (2,17%) mencionaram não terem tido acesso ao processo de escolarização. Apesar desse índice estar abaixo da taxa de analfabetismo da Região Sul, que é de 3,6%, e da nacional, que é de 7,2% (IBGE, 2017), ainda assim denuncia a desigualdade social característica da realidade brasileira. Por outro lado, chama a atenção a elevada taxa de assistidos que possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto (cerca de 50%), sendo que a média nacional é de 30,6% (IBGE, 2017).

Por um lado, indica a necessidade de trabalhos de estímulo à leitura e à alfabetização através da participação em programas como o E-Ler e encaminhamento para seguimento do processo de escolarização e ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, também indica a necessidade de adequação das técnicas propostas nos grupos reflexivos, visando a acessibilidade da linguagem e dos conteúdos abordados, assim como das técnicas utilizadas na dinamização dos grupos.

Francisco Filho (2012, p. 105) aponta para o fato de que a falta de acesso ao conhecimento é o centro do processo “que vai do provimento para a subsistência do indivíduo ao próprio sentido de cidadania que o transforma num cidadão”. Nesse sentido, afirma existir uma “violência da pobreza” que se origina na marginalidade em que os socialmente excluídos estão imersos, no entanto, conclui que essa violência tem sua origem em um sistema “insano” que produz e preserva parte da sociedade à margem da riqueza produzida, e, assim, dos seus benefícios. Por isso, o autor sugere que a falta de acesso a valores gerados pela sociedade, como por exemplo a educação, definiria o sentido de pobreza. Dessa forma,

A condição indutora da criminalidade, segundo preconiza a mídia, aponta para as áreas periféricas. [...]. No entanto, as assinaturas mostram que a pobreza, isoladamente, não se caracteriza como um elemento indutor da violência e da criminalidade, mas os fatores que agem em conjunto com o estado de pobreza, sim. Dentre estes, o nível temático que mais apresentou correlação com a ocorrência de crimes contra a pessoa foi a baixa escolaridade, notadamente nas áreas com presença elevada de pessoas analfabetas ou com curso primário responsáveis pelos domicílios. (FRANCISCO FILHO, 2012, p. 115).

Fica evidente que a condição de renda está intimamente ligada à dificuldade de acesso à educação, o que se associa a situações de violência e violação de direitos.

Com base nesse contexto, os projetos desenvolvidos pelo Patronato se constituem como grupos com perspectivas reflexiva e educativa, perpassados pelo conceito de protagonismo. Segundo CNJ (2016, p. 22), o protagonismo deve ser um princípio que perpassa as alternativas penais, possibilitando compreender as pessoas como “sujeitos ativos e capazes, ouvidas em suas reais necessidades e demandas para a promoção da equidade, considerando as suas vulnerabilidades sociais e a necessidade da promoção do acesso aos direitos fundamentais”. A disposição dos participantes dos grupos em círculo visa facilitar esse caráter participativo.

O público de cada grupo (Basta, Saiba, Blitz) é selecionado conforme o delito. Apesar de o motivo que leva esses sujeitos a tornarem-se assistidos pelo projeto estar associado a um delito, busca-se deslocar este lugar estigmatizante para o lugar do sujeito cidadão, capaz de (re)pensar seu lugar social e as (im)possibilidades de se produzir como sujeito em nossa sociedade. Em vista disso, os sujeitos encaminhados ao Patronato são chamados de “assistidos”. Dentro dos projetos específicos, outras denominações são utilizadas, como “autor de violência doméstica” em detrimento do termo “agressor”; “autor de delito de trânsito” e “usuário de substâncias psicoativas”. Esses termos buscam não reduzir esses sujeitos à violência, ao delito de trânsito e/ou ao uso de substâncias, ressaltando que cada um deles se constitui a partir de múltiplas dimensões, marcadores e identidades (pai/mãe, trabalhador/a, filho/a etc.), sendo o delito apenas uma das experiências que atravessam suas vidas. O compartilhamento de um delito em comum também facilita a identificação entre os assistidos e a participação nos grupos.

Concordamos com Cabrera e Freitas (2011, (p. 4) ao afirmarem que “os grupos reflexivos possibilitam, através do pensar, outra maneira de resolver conflitos que não a utilização da violência”. Dessa forma, a estratégia de grupos reflexivos tem sido usada nos mais diversos contextos e com diferentes temáticas.

Com relação à violência doméstica, o Grupo de Trabalho (2012), que reúne profissionais que atuam com grupos direcionados com autores de violência doméstica no Rio de Janeiro, afirma que “O trabalho de grupo com homens agressores é reconhecido como um método eficaz para coibir, prevenir e reduzir a reincidência da violência doméstica contra a mulher” (GRUPO..., 2012, p. 409). Prates (2013), Cabrera e Freitas (2011) e Araújo (2009) afirmam que os grupos reflexivos são importantes instrumentos de trabalho com autores de violência, colocando ênfase na perspectiva de gênero e da violência doméstica.

Com relação aos delitos de trânsito, há ainda pouca literatura sobre grupos reflexivos nesse âmbito. Entretanto, Soares e Thielen (2012) comentam sobre a perspectiva grupal dentro de temáticas relacionadas ao trânsito, em trabalhos com cunho preventivo, afirmando suas potencialidades.

O trabalho com grupos articulados em torno de delitos em comum possibilita que os participantes abordem aspectos relacionados ao delito com maior facilidade, visto que todos ali apresentam algo em comum, que os identifica. Segundo Goffman (2008), delitos podem estigmatizar e, portanto, desencadear dinâmicas de segredo/revelação. Por esse motivo, algo que poderia produzir vergonha ou culpa é mais facilmente compartilhado e trabalhado no grupo em que o atributo potencialmente estigmatizante é compartilhado entre todos.

Já Lima, Capanema e Nogueira (2017) trazem, no seu estudo, que os grupos reflexivos com usuários de substâncias psicoativas aumentam a autonomia do sujeito que faz o uso e é uma alternativa às práticas de caráter reducionista. A redução de danos é a diretriz de trabalho adotada pelo Patronato de Irati (BRASIL, 2004; ACSELRAD, 2015; NIEL, MOREIRA, SILVEIRA, 2013), propondo-se a abordar o sujeito em sua integralidade e singularidade, em consonância com os direitos humanos (FERNANDEZ; ANDRADE; NERY FILHO, 2015). Através desta abordagem, o projeto busca deslocar-se de uma perspectiva punitivista e prescritiva para uma abordagem com caráter participativa e com foco na saúde. Desse modo, o grupo constitui-se como um catalisador de análise para que os participantes identifiquem o que se caracteriza como problema dentro das realidades em que vivem e construam, a partir disso, as melhores estratégias para lidar com os problemas que enfrentam.

Com relação à PSC, que se constitui como a condicionalidade mais atribuída aos assistidos do Patronato, Oliani e Silva (2012, p. 1577) afirmam que “além de reparar um dano social causado pelo apenado, poderá trazer benefícios à sociedade”. Os autores também destacam que a PSC gera menor custo em comparação ao sistema repressivo, podendo beneficiar a sociedade e o assistido, para o qual novas experiências de convívio social são ofertadas, assim como o reconhecimento advindo do trabalho prestado. Entretanto, há ainda desafios a serem superados, como a visão do senso comum de que a PSC não é eficaz; assim como o pouco investimento em serviços e programas estruturados, que possam realizar a gestão da PSC enquanto uma política pública, envolvendo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações.

Por fim, alguns autores indicam a necessária discussão sobre até que ponto as alternativas penais minimizam os efeitos do sistema penal e desafogam o sistema carcerário ou, por outro lado, levam a uma capilarização do sistema penal, fazendo-o se expandir (CNJ, 2016). O risco seria a perpetuação do modelo repressivo em detrimento de uma atuação pautada por princípios considerados importantes, como o da intervenção penal mínima. Esta é uma questão que nos acompanha e move continuamente, visto que as dimensões de assistência e controle/fiscalização perpassam o projeto e, muitas vezes, se confundem. Entretanto, ao ser movimentada por essas questões, a equipe busca continuamente colocar suas ações em análise, interrogando-se: a serviço de que está sua atuação?

CNJ (2016) também afirma a dignidade, liberdade e protagonismo como importantes postulados a serem defendidos e veiculados nas ações junto às pessoas em cumprimento de alternativas penais, convocando as equipes que atuam na gestão das alternativas penais a inventarem modos de atualizar e concretizar tais princípios.

Como último ponto de discussão, em relação à interface entre extensão e pesquisa, destacamos alguns efeitos produzidos pelo compartilhamento e discussão dos resultados desta junto à equipe do projeto. Os bolsistas do projeto extensionista relataram que o compartilhamento dos resultados da pesquisa possibilitou que conseguissem visualizar a integralidade do público atendido e das ações ofertadas, assim como compreender aspectos históricos no que se refere ao estabelecimento e desenvolvimento do projeto. Observamos, ainda, que o conjunto de dados auxiliou a equipe a traçar pontos importantes para o planejamento de ações e subprojetos. Como exemplo, os dados sobre a baixa escolaridade e renda indicaram a necessidade de investimento em projetos visando a escolarização, acesso ao trabalho e qualificação profissional. Também promovemos uma discussão sobre a linguagem e as técnicas utilizadas nos grupos reflexivos, as quais devem ser adequadas às realidades socioculturais dos assistidos.

A busca de informações nas pastas dos assistidos também evidenciou a importância do preenchimento, organização e padronização das informações no trabalho em equipe. Por fim, destacamos que o banco de dados produzido na pesquisa foi disponibilizado à equipe do Patronato, que incorporou o seu preenchimento e atualização ao seu processo de trabalho.

Considerações finais

A pesquisa realizada possibilitou caracterizar o público e as ações desenvolvidas pelo Patronato da Comarca de Irati no período de 2013 a 2018, além de se constituir como um analisador do projeto no tocante aos seus objetivos. Com relação ao público, destaca-se um perfil com predominância de homens, jovens, brancos com baixo nível de escolarização e renda inferior a R\$ 2.000, em união estável, sendo que os delitos de trânsito foram os que mais levaram assistidos ao Patronato.

Quanto às ações desenvolvidas, o Patronato conseguiu implementar todos os projetos de intervenção preconizados pelo Patronato Central, destacando-se 3 eixos de atuação: os projetos/grupos reflexivos (E-ler, Blitz, Basta, Saiba), a PSC (condicionalidade mais presente) e o acompanhamento realizado no comparecimento obrigatório. Os dados indicam que o período de 2013 a 2015 foi de instabilidade e transição, enquanto o período de 2016 a 2018 foi de implantação das ações e consolidação do trabalho realizado.

Os dados também indicam a constituição de uma rede cooperativa e intersetorial, envolvendo forte articulação com o sistema judiciário, com as redes socioassistenciais e com a comunidade, especialmente no âmbito da PSC, verificando-se uma ampliação das instituições que foram conveniadas para o recebimento de assistidos. Houve um progressivo

aumento da demanda de assistidos ao longo dos anos, assim como uma progressiva diversificação de ações disponibilizadas aos mesmos, visando a individualização dos planos de cumprimento das penas aos assistidos.

Este estudo, assim como outros já conduzidos (SZCZYPIOR; STOSKI; ZAMBENEDETTI; VELOZO, 2019; VELOZO; ZAMBENEDETTI; STOSKI, 2019), constituem-se como forma de analisar as ações desenvolvidas, evidenciando a forte articulação entre ensino-pesquisa-extensão proporcionada pelo Patronato.

Em dezembro de 2019, o programa, tal qual formatado no Estado do Paraná, foi extinto e substituído por um novo formato, ainda pouco claro, em meio a disputas de modelos e de produção de sentidos. De forma contraditória, o projeto foi finalizado quando atingia seu momento de maior sedimentação de experiências. Cabe destacar que o fim do projeto, tal qual formatado nesta experiência, foi anunciado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, a despeito da manifestação contrária ao seu fim por parte da equipe de condução do projeto e da Universidade, da Secretaria de Assistência Social do Município de Irati, da Promotoria Pública e dos órgãos do sistema judiciário. Estes últimos destacaram, em ofícios enviados à SESP, uma avaliação positiva quanto ao trabalho realizado pelo Patronato, assim como votos de que o trabalho tivesse continuidade.

Evidencia-se, assim, que o modo de efetivação das alternativas penais é perpassado por relações de poder que expressam lutas políticas, técnicas e éticas, tal qual destacado por Souza e Azevedo (2015). Em vista disso, além do que já foi mencionado, o compartilhamento dos dados desta pesquisa possibilita socializar o trabalho realizado e estabelecer parâmetros de comparação com o trabalho desenvolvido em outros locais e em diferentes tempos históricos.

Em um contexto de instabilidade política e social, ressaltamos a relevância da produção acadêmica como forma de documentação e divulgação das ações realizadas na interface entre universidades públicas e a comunidade.

Por fim, destacamos a necessidade de projetos que invistam nas alternativas penais, em uma perspectiva ressocializadora e com potencial restaurativo, respeitando o postulado da dignidade humana, liberdade e protagonismo das pessoas em alternativas penais, conforme preconizado por CNJ (2016).

Referências

ACSELRAD, G. (org.). **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Saber mais para se proteger. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ARAÚJO, C. M. Grupo Reflexivo de Gênero: trabalhando com o autor de violência doméstica. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luiz. **Anais...** São Luiz - Maranhão: UFMA, 2009. p. 1-9.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 2.197**, de 04 de outubro de 2004. Política de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro** (CPI Sistema Carcerário). Brasília: Ed. Câmara, 2009.

CNJ. **Postulados, princípios e diretrizes para a política de alternativas penais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização - Junho de 2016**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

PATRONATO CENTRAL DO ESTADO. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=217>. Acesso em: 14 abr. 2017.

PCTA. Patronato Penitenciário do Paraná. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FERNANDEZ, O.F.R.L.; ANDRADE, M.M.; NERY FILHO, A. (orgs.). **Drogas e políticas públicas** - educação, saúde coletiva e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2015.

FREITAS, R. M.; CABRERA, J. O. Grupo Reflexivo: uma alternativa de trabalho voltada aos homens cumpridores de medida protetiva. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina-Paraná: UEL, 2011. p. 1-11.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE TRABALHO. Padronização do grupo reflexivo dos homens agressores. **Direito em movimento**, v. 14, p. 405 - 427, 2012. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume14/volume14_padronizacao.pdf . Acesso em: 20 fev. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua** (2016) Educação. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://jornalggm.com.br/sites/default/files/documentos/educacao_2016_pnad.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

IRATI. **Lei Municipal nº 3.922, de 26 de dezembro de 2014.** Cria o Patronato Municipal de Irati, o Fundo Municipal de Alternativas Penais, e dá outras providências. Irati, em 26 de dezembro de 2014.

LIMA, E. H.; CAPANEMA, C. A.; NOGUEIRA, M. J. A prática dos grupos reflexivos sobre drogas como estratégia possível para redução de riscos e danos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei-MG, v. 12, n. 3, p. 1-17, 2017.

MOLINA, A. G. P.; GOMES, L F. **Criminologia: introdução a seus Fundamentos teóricos.** 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

NASCIMENTO, E.F.; GOMES, R.; REBELLO, L.E.F.S. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1151-1157, 2009.

NIEL, M.; MOREIRA, F.G.; SILVEIRA, D.X. **O uso e abuso de álcool.** São Paulo: Atheneu, 2013.

OLIANI, T. C.; SILVA, C. R. da. A aplicabilidade das penas alternativas no âmbito social. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, Itajaí, v. 3, n.3, p. 1565-1581, 2012.

PRATES, P. L. **A Pena que Vale a Pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher.** 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROCHA, M. A. **Alternativas penais: contradições, avanços e desafios.** 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROSAS, P.M.M. **Justiça criminal restaurativa e empoderamento no Brasil: experiências, possibilidades e limites.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SZCZYPIOR, A.; STOSKI, B.; ZAMBENEDETTI, G.; VELOZO, P.P. Análise dos efeitos da participação no Blitz - Grupo Reflexivo acerca da conduta no trânsito. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SAÚDE MENTAL,4., 2019, Irati. **Anais eletrônicos...** Irati-PR: Unicentro, 2019, s/p. Disponível em: https://evento.unicentro.br/files/Submissaoarquivos/car_submissao/12_06_2019_car_submissao_2109204102.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

SOARES, D. P.; THIELEN, I. P. Projeto Transformando o Trânsito e a Perspectiva do Facilitador. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 730-743, 2012.

SOUZA; G.A.D.; AZEVEDO, G.A. Alternativas penais no Brasil após 1984 e seus efeitos: uma análise a partir de discursos sobre crime e punição. **Contemporânea**, v. 5, n. 1 p. 69-92, 2015.

UNAIDS. **Guia de terminologia do Unaid**s. Brasília: Unaid

s, 2017.

VELOZO, P.P.A.; ZAMBENEDETTI, G.; STOSKI, B. Projeto Basta: Efeitos de uma Perspectiva Reflexiva para Autores de Violência Doméstica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SAÚDE MENTAL, 4., 2019, Irati. **Anais eletrônicos...** Irati-PR: Unicentro, 2019, s/p. Disponível em: https://evento.unicentro.br/files/Submissaoarquivos/car_submissao/11_06_2019_car_submissao_1437334691.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

ZAMBENEDETTI, G. **Programa de Execução das Alternativas Penais da Comarca de Irati – Patronato Irati**. Projeto de extensão, Universidade Sem Fronteiras, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 2018.

Notas

ⁱ Quantidade de presos por cem mil habitantes.

ⁱⁱ O profissional recém-formado é considerado aquele que, no momento da seleção, colou grau nos últimos 3 anos.

ⁱⁱⁱ Deve-se pontuar que o primeiro autor deste artigo também atuou como orientador da área da Psicologia (2014 a 2019) e coordenador geral (2017-2019) do Patronato da Comarca de Irati-PR. Desta forma, demandas de pesquisa levantadas no projeto de extensão eram transformadas em projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso.

^{iv} Cabe destacar que este estudo foi inicialmente realizado em 2018, vinculado a um projeto de iniciação científica, fazendo a caracterização do período 2013 a 2017. Em 2019, a pesquisa foi ampliada, agregando também o ano de 2018.